

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A RELAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA COM A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: Um solo de expressões para o Serviço Social.

José Filho Araújo Santos¹

RESUMO

A face contemporânea do capitalismo no campo, e sua relação histórica com apropriação das riquezas ambientais, humanas e sociais, deflagra uma tensão entre dois projetos no interior do território camponês. Tendo de um lado o agronegócio, latifúndio. De outro, os sujeitos camponeses que se mobilizam na luta social por condições de acesso a terra, trabalho e reprodução social. Neste intento, a reflexão que se inscreve, lançar apontamentos sobre este movimento e suas implicações para o Serviço Social, a partir de uma análise de cunho reflexivo-bibliográfica.

Palavras-Chave: Questão Agrária; Questão Agrícola; Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

A formação nacional do Brasil tem em sua raiz, a propriedade agrária, como o campo das disputas econômicas, políticas e sociais voltadas à extração das riquezas naturais, bem como a exploração da força de trabalho. (TRANSPADINI, 2016) “A questão agrária apresenta-se como uma síntese privilegiada das tensões e determinações envolvidas na produção histórica da questão social no país [...], ao mesmo tempo em que condensa manifestações particulares da questão social no meio rural”. (IAMAMOTO, 1989, p.31).

Ao levantar uma análise de cunho reflexivo e bibliográfico em torno da questão agrária e agrícola buscou-se apresentar alguns elementos deste processo e suas inflexões ao campesinato envolvido nesta dinâmica, como seu agravamento a partir das repercussões da lógica societária capitalista no campo, por meio, do Agronegócio. Bem como isso, cimenta a questão social no cenário agrário brasileiro.

¹ Assistente Social; Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (UECE) E-mail: josefilhodesantana@gmail.com

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A terra, o trabalho e a reprodução social, determinam condições basilares de desenvolvimento das capacidades humano-genérica. (LUKACS, 2008). È por meio do trabalho que se dá a relação inorgânica-biológica-social que funda a sociabilidade e a humanização dos homens e mulheres. Essa relação promove o salto ontológico que permite o ser humano alargar a sua práxis no mundo e na realidade. As formas como a produção da vida se colocam em meio ao projeto da grande propriedade fundiária regida pelo agronegócio e da pequena propriedade, geralmente, associada à política de reforma agrária, e a prática de produção agrícola familiar, tem sinalizado elementos que ora amplia a capacidade ontocriativa humana, ora restringi, aliena e descaracteriza.

Ao discutir a face contemporânea do capitalismo no campo, e sua relação histórica com apropriação das riquezas ambientais, humanas e sociais, deflagrasse uma reflexão a cerca da tensão dos projetos em disputa para o contexto camponês. Tendo de um lado o agronegócio, latifúndio. De outro, os sujeitos camponeses que se mobilizam na luta social por condições de acesso a terra, trabalho e reprodução social.

Tais tensões desembocam em matéria de estudo e trabalho para os assistentes sociais. Sobretudo, aqueles que têm imerso em seu cotidiano profissional as repercussões de tais disputas, bem como, a própria particularidade da questão agrária na questão social brasileira. Parte dos Assistentes Sociais atua em municípios - pequeno porte e/ou médio - com características eminentemente agrárias, que portam como fontes principais de aquecimento econômico local os processos de trabalho agrícola e agropecuário. (SANT'ANA, 2012).

2. DISPUTAS SÓCIO-TERRITÓRIAS ENTORNO DA DIMENSÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA.

No Brasil, temos uma das taxas mais elevadas de concentração de renda e propriedade fundiária, o que aprofunda as contradições entre riqueza e pobreza; classes e regiões. (PEREIRA, 2012, p.54) As marcas profundas desta desigualdade se intensificam com as articulações do capital monopolista, que vai se revelando com o alto índice de centralização

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



da riqueza socialmente produzida, reflexo da divisão sócio técnica do trabalho e da apropriação privada.

o grau de concentração de propriedade da terra no país está praticamente inalterado desde 1985. Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006 – o mais recente disponível –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Gini – indicador da desigualdade da propriedade fundiária – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). (IAMAMOTO, 2013, p. 327)

O Jornal Valor Econômico² registra ainda que no país, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Os homens estão à frente de 87% dos estabelecimentos, representando quase 95% das propriedades rurais. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Entretanto são os pequenos agricultores que respondem por mais de 70% da produção de alimentos. O que sedimenta a desigualdade consequente do processo de modernização conservadora e produtiva a qual o mercado internacional impele o país na esteira da apropriação das terras e matéria-prima, transmutando esta última em commodities agrícolas. Iamamoto (2013) destaca a “intensa internacionalização do território brasileiro” mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade. (IAMAMOTO, 2013, p. 327)

A questão agrária, exprimi refrações da questão social quando demonstra o volume fundiário de concentração de terras, o domínio político e econômico de instâncias do capital financeiro, agrário e industrial, bem como, o latifúndio. No mesmo passo que segmentos do campesinato experienciam a miséria, exclusão e a dureza da desigualdade no campo. Assim, a relação da questão agrária e da questão social na esfera das relações sociais e econômicas do capital, aponta os antagonismos, que envolvem o embate de classes, que se situam num

² Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/4792703/estudo-destaca-concentracao-de-terras-no-brasil> acesso em 20 de Maio de 2018 às 19h05min.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



contexto particular da formação nacional do país, coexistindo um processo desigual e combinado.

Este encadeamento da formação sócio-histórica do país traz em suas raízes, a colonização e invasão das terras pelos portugueses, que se apropriaram e fatiaram as terras brasileiras por meio das sesmarias. Emergindo neste cenário, expressões da questão social decorrente da questão agrária. O que ratifica a percepção da autora Ivone Silva (2013) quando acentua que neste período ainda que latentes tais manifestações já saltavam a cena econômica e política com os antagonismos da sociedade de economia colonial-escravista. Há que ressaltar que a questão social só ganhar visibilidade nas primeiras décadas do século XX com o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. (SILVA, 2013) Segundo Martins (2013) “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.” (p.47) Destarte, “a institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil em 1850, teve como função criar condições objetivas para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, através de oferta da força de trabalho livre.” (DUARTE, 2015, p. 318)

Com o estabelecimento da lei das terras de 1850, novas regras foram adotadas para a questão fundiária. Tal iniciativa, por um lado, diminuiu o poder arbitrário dos fazendeiros e, por outro, impediu que trabalhadores rurais livres (camponeses) tivessem acesso à terra. As terras passaram a ser propriedade do estado, exceto as sesmarias que comprovassem serem produtivas, de acordo com critérios legais. A lei possibilitou aos posseiros o acesso à propriedade rural, desde que comprovassem o tempo de permanência e de trabalho produtivo nas terras. Isso nem sempre era viável, em face das dificuldades de acesso e das próprias relações de subordinação aos fazendeiros historicamente firmada. Assim, sua situação fica mais delicada quando o direito a terra se define pela mediação da compra. Para Santos (1984), era uma forma de interditar os escravos libertados, os homens livres e os imigrantes a terra. (BRITO e ACCIOLY, 2014, p. 139)

A secular concentração fundiária comportou estrategicamente a ocupação do território. Esta estratégia tinha o intuito de promover a exploração agrária com vistas à exportação. Os processos sociais, econômicos, culturais e políticos de formação histórica da sociedade brasileira encontram-se diretamente implicados à dinâmica rural. (LUSA,

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



2012, p. 36) Tais processos foram “provocados pelo desenvolvimento intensivo e extensivo pelo capitalismo no campo” (IANNI, 1984, p. 163) tendo desde o primórdio (acumulação primitiva) a exploração ferrenha da terra e do trabalho a base de exponenciação da riqueza produzida.

Desta relação aparece o trabalho assalariado como meio de venda da força de trabalho ao proprietário dos meios de produção. A reserva da força de trabalho disponível para o mercado, conforme Marx (2005) lançava “uma massa de proletários livres como pássaros [lançados] no mercado de trabalho” (p.254). (FERREIRA, 2015)

Com a expansão dos mercados (HOBSBAWM, 1961) no cenário internacional, a lei de terras se traduziu como fechamento das colônias e a criação dos instrumentos necessários para o avanço do capital. Como aponta Brito e Accioly (2004) se tem como país mediador deste processo a Inglaterra, que demonstrava interesse em ampliar a expansão do mercado capitalista, sobretudo por compreender o potencial das colônias enquanto consumidoras de bens industrializados, bem como, fornecedoras de matérias-primas.

Desse modo, exerceu papel importante na libertação dos escravos das colônias e na defesa da independência, desde que se mantivessem relações de dependência, fundamentais para a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, o processo nas colônias não se deu da mesma forma como ocorreu naqueles países com o desenvolvimento clássico do capitalismo, onde a reforma agrária foi instituída como política necessária de distribuição de terras, expansão territorial e fortalecimento do mercado interno. (ARAÚJO e ACCIOLY, 2014, p. 140)

No Brasil, a expropriação e saque das terras, a expulsão dos camponeses, em boa parte índios e negros, foi configurando a forma *suis generis* do capitalismo dependente e periférico. A burguesia nacional não avançou na realização da reforma agrária, curvando-se aos interesses majoritários das classes dominantes dos países de capitalismo central. (TRANSPADINI, 2016) A raiz colonial escravocrata revela um passado-presente, que se atualiza nas formas barbaras de dominação do capitalismo no campo, na apropriação privada da terra e das riquezas ambientais, como na desterritorialização das populações camponesas. (FERNANDES, 2013)

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A reforma agrária como política social voltada para o enfrentamento das condições antagônicas posta na órbita das relações sociais agrárias (LUSTOSA, 2014) coloca a luta pela terra e pelo trabalho. Os principais sujeitos mobilizadores deste embate. São, os movimentos sociais camponeses, que enfrentando as formas de domínio e exploração, vão resistindo contra as perversas investidas do capitalismo monopolista por meio da fusão do capital bancário, industrial e agrário manifesto com mais personalidade nas empresas transnacionais do agronegócio, hidronegócio e minério negócio.

No meio rural o avanço da produção agrícola capitalista, a expropriação do camponês, as grilagens em terras públicas, a apropriação privada das terras, conflitos agrários entre latifúndio e segmentos de trabalhadores camponeses, produção agrícola regada por insumos técnico-científicos de verniz erosivo (agrotóxicos³, sementes transgênicas); a emergência de políticas públicas de natureza compensatória, a criminalização dos movimentos sociais do campo e a produção voltada ao mercado, (PEREIRA, 2012) dão a tônica do cenário agrícola e agrário que se monta na órbita da relação do capitalismo internacional com o capitalismo dependente, fundando uma política de reforma agrária à brasileira como cunhou Lustosa (2012).

A base material da reprodução social dos homens e mulheres, na sua dinâmica contraditória posta pela totalidade social no processo histórico brasileiro, indica em seu movimento contemporâneo,

a ausência de uma política agrária que modifique a questão agrária [o que] tem culminado no agravamento da questão social do país, no momento em que os governos durante a trajetória política do Brasil, optaram em preservar a estrutura fundiária dominada pelos latifundiários e a expansão do agronegócio em detrimento das demandas sociais e econômicas postas pela classe trabalhadora rural. (LIMA, 2014, p.103)

³ Conforme matéria do Jornal El País (2015) 70% dos alimentos brasileiros são contaminados com agrotóxicos. Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. A matéria ainda destaca com bases em estudo do Instituto Nacional do Câncer (INCA) que cada brasileiro bebe um galão de cinco litros de veneno por ano. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A renda fundiária⁴ se transformou em um dos fundamentos da acumulação e do modelo de desenvolvimento. (MARTINS, 2000, p. 98) Os pequenos proprietários⁵ de terra com a produção assentada na agricultura familiar não estão imunes das inflexões da política agrícola do mercado que em determinados contextos sócio-históricos e culturais chega com mais força e incisão nos processos produtivos. Assim, é possível identificar áreas de produção da agricultura familiar com o perfil exclusivamente mercadológico, sintonizada com as determinações do capitalismo no campo. Que passa assumir formas de produção monocultora que gera a desertificação do solo; agrotóxicos nas plantações, que envenena o alimento, o ar, água; sementes transgênicas e/ou híbridas que põem em risco o fim da existência das sementes crioulas. Isso com a intervenção estatal a partir do formato de políticas de subsídio agrícola. Ressalta-se que esta relação não é predominante, na totalidade do processo pela qual agricultura familiar se materializa. Porém sua incidência coloca em xeque a sua própria reprodução, enquanto prática humana, voltada a uma nova forma de produção agrícola, econômica, política e social ensaiada pelos sujeitos camponeses.

O movimento da lógica societária e o posicionamento que o estado assume traz rebatimento para a relação com a terra e às formas de trabalho no campo, assim como as resistências para enfrentar as desigualdades e tais rebatimentos. O exemplo, dos movimentos sociais do campo, sindicatos, e comissões (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão da Pastoral da Terra, Movimento Indígena, Movimento Quilombola, etc.) que se organizam para lutar contra as postulações da política agrária e agrícola do estado demonstra o legado das ligas camponesas. As formas de

⁴ Os 4.859.864 estabelecimentos rurais ocupam uma área de 353,6 milhões de hectares, ao passo que os 554.501 estabelecimentos patronais ocupam um total de 240 milhões de hectares e os 4.139.369 familiares ocupam menos da metade, 107,8 milhes de hectares. (LUSTOSA, 2012, p. 52)

⁵ A grande propriedade fundiária e a pequena se relacionam da mesma forma que grande e pequeno capital. Mas surgem ainda circunstâncias especiais que trazem incondicionalmente a acumulação da grande propriedade fundiária e a engolição da pequena por parte daquela. (MARX, 2004, p. 71)

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



resistência travadas contra a exploração e marginalização, impostas pelas relações abusivas do latifúndio. O que realça a organização política deste conjunto de experiências camponesas que se colocam contrárias à dominação da terra, da consciência e da vida digna. Levantando insurgências e confrontos contra as classes dominantes, que carregam consigo as ideais dominantes, tendo como expressão drástica a violência e a punição que retroalimenta a colonização, servidão e em último estágio e o assalariamento perante aos descarregados da terra, que se levantam diante das agruras.

Lustosa (2012) aponta que a política de reforma agrária á brasileira se realiza intencionalizando “a expansão – sem os devidos suportes técnico e financeiro por parte do estado – da “agricultura familiar”. No afã pelo status de ser conhecido como um país plenamente industrializado e sem o estigma do atraso atribuído à produção agrícola”. (p.15) O que se coloca em meio a um país que não alcançou plenamente uma reforma agrária ampla e redistributiva. A reforma agrária em termos jurídico-constitucional (Arts. 184, 185, 186) posta na Constituição Federal de 1988 aponta a função social da propriedade da terra, a relação com o solo e os seus recursos naturais e de sua ampla biodiversidade, tendo como eixos de sustentação as relações sociais agrárias que concatena o intercruzamento das questões econômicas e políticas.

A política de reforma agrária enquanto política social se apresenta de maneira ausente e incipiente para as necessidades postas pelo conjunto da classe trabalhadora camponesa que necessita de terra para trabalhar e viver. Assim como, aquelas famílias que já conquistaram a terra, mas que necessitam de políticas de fomento a produção, por meio de Assistência Técnica especializada e o conjunto dos direitos sociais e humanos. Os Planos de Reforma Agrária I e II (1985 e 2002) não conseguiram assentar a quantidade de famílias que demandavam a reforma agrária, ficando uma margem na situação de Sem Terra.

As expressões da questão social que decorrem da base objetiva da questão agrária coloca novas e antigas demandas a profissão, para pensar respostas e estratégias de enfrentamento a partir do campo da política social que molda a forma de “respostas” para tais

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



situações de empobrecimento da dimensão humana-genérica. A questão agrária enquanto dinâmica que passa a compor parte dos interesses destes projetos de campo e sociedade, se incorpora assumido dimensões no campo do desenvolvimento capitalista de produção no país. Como, se torna bandeira de luta da classe trabalhadora campesina.

A atuação profissional esteve historicamente vinculada à emergência da questão social por parte dos trabalhadores da indústria, que passaram a se mobilizar para garantir seus direitos e denunciar as condições de exploração. O que ‘forçou’ o estado a responder, de forma sistemática e contínua, na perspectiva de atenuar os conflitos e assegurar a reprodução e a oferta da força de trabalho, com condições renovadas para a exploração. (NETTO, 2011; NETTO 1992)

Se, historicamente, a profissão tem uma vinculação direta com as expressões da questão social situadas no espaço urbano, originalmente, estas mesmas expressões são fruto da dinâmica capitalista tanto no campo quanto na cidade, levando-se em consideração as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, que teve na agricultura a sustentação da atividade industrial até que esta pudesse andar com as próprias pernas, lá pelos idos da década de 1960. (DUARTE, 2015, p.308)

O contexto nacional, e o percurso da formação do país revela a conexão do agrário com o urbano, assim como, a particularidade da produção e desenvolvimento econômico diretamente ligado ao território camponês. A questão agrária como particularidade da questão social e, por isto, como objeto de trabalho dos assistentes sociais, assinala que historicamente este contexto e suas relações sociais agrárias (LUSTOSA, 2012) estiveram sedimentando a matéria-prima do trabalho dos assistentes sociais. Que passa na atuação profissional portar dificuldades na leitura da especificidade da questão agrária nas expressões da questão social pela qual lida. (SANT’ANA, 2012)

A interface do trabalho do assistente social com a questão agrária pode ocorrer de maneira direta, a partir de uma política que se formate para abranger tal realidade social, contendo orientações que apreenda o território camponês e suas relações sócio-histórica, cultural e identitária, terreno entranhado de demandas e expressões de ordem social. Assim, atuação profissional, pode contribuir no fomento a produção agrícola e sua relação com os

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



direitos. Ou ainda que de maneira não tão substancial, mas elementar as demandas que chegam aos espaços das políticas públicas, sobretudo as de cunho social (Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Aposentadorias etc.).

Outro elemento relevante a se realçar é a municipalização das políticas sociais com o advento da frágil e contemporaneamente estilhaçada constituição federal de 1988. Na constituição federal está previsto a descentralização e o comando único em cada esfera dos entes. O que reforça ampliação de espaços sócio-ocupacionais, sobretudo na política de Assistência Social e Saúde. (CFESS, 2013) A partir dos serviços, projetos, programas e benefícios que cada política realiza, as demandas do território camponês se apresenta com uma especificidade enraizada num processo sócio-histórico, cultural e político que precisa ser lido e apreendido na intervenção social.

O primário diálogo da profissão com a questão agrária tem suas problemáticas anunciada nos debates e pesquisas acadêmicas. (LUSA, 2012; SANT'ANA, 2012) o que coloca a necessidade de dar visibilidade e consistência a tais problemáticas que passam despercebidas na atuação dos assistentes sociais. É preciso que a práxis profissional se afirme cotidianamente na direção dos valores postos no projeto ético-político, com vistas a qualificar a intervenção social junto aos segmentos da classe trabalhadora camponesa, buscando entendê-los para além do formato da política social. O que impõe a necessidade de pensarmos a profissão para além da política social. Esta especialidade, inserida na divisão sóciotécnica do trabalho, não pode ser descrita apenas deste local. É fundamental apreender as mediações e relações sociais que alcançam seu exercício, para daí, compreender o significado social da profissão, e direcionar as estratégias e táticas de intervenção.

3. CONCLUSÃO

A relação da histórica concentração da propriedade fundiária demarca o percurso econômico, político e social, que a cada época a história humana viveu e vive, assim como, na realidade brasileira, a exploração e apropriação saltam como chaves para a explicação da

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



tamanho desigualdade social que assola contemporaneamente homens e mulheres, desgarrados da terra. Para Iamamoto (2008, p. 89) “a renda da terra constitui parte da mais-valia social, produzida no processo produtivo, que é apropriada pelos proprietários fundiários, em decorrência do fato de disporem de um título jurídico da propriedade da terra”.

A histórica concentração nas mãos de poucos, e a mediação do estado neste movimento para legitimar, demonstra a face do estado no fortalecimento do capitalismo no campo, a exemplo da lei das terras de 1850. Essa relação do latifúndio com o estado e o capital, vai alargando o desenvolvimento das forças produtivas, que passam a incorporar novas estratégias e formas de capturação da riqueza socialmente produzida. Bem como, fragilizando o acesso, a terra e o trabalho, e neste último, diversificando maneiras de exploração.

No campo brasileiro, dois projetos societários distintos, fazem emergir disputas e lutas. Que se acirram desde a formulação da política pública, até a sua materialização, a exemplo da reforma agrária e da política agrícola, que tem uma direção bem assentada no mercado internacional, e na produção para a exportação. Que vai ganhando corpo com agricultura patronal do agronegócio. No mesmo movimento, que se possibilita o desenvolvimento da agricultura familiar.

Este movimento que perpassa o território camponês amplia e agudiza as desigualdades que a população que está no campo passa a sofrer, trazendo implicações para atuação do Assistente Social. O que exigirá da profissão, clareza sobre os determinantes da questão agrária nas expressões da questão social que alcança ao espaço sócio-ocupacional. Nisto, é necessário buscar:

ultrapassar uma visão fragmentada, porquanto exclusivamente urbana – que, frequentemente, tende a nortear a leitura da sociedade feita por nós, assistentes sociais – há que ressaltar a decisiva intervenção que o Estado efetuou na agricultura, nos últimos vinte anos, submetendo-a aos interesses do grande capital. Tal intervenção deu-se por meio do estímulo aos grandes projetos agropecuários,

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



financiados, nos anos 1970, a juros negativos; seja via incentivos técnicos, políticos e creditícios que alteraram as relações agricultura/indústria, mediante a formação do complexo agroindustrial. Acelerou-se não só a industrialização de produtos, equipamentos e insumos para a agricultura, mas a industrialização da agricultura, isto é, o processamento industrial dos produtos dela derivados. O apoio estatal à grande agricultura de exportação foi também estimulado, em detrimento da pequena produção de alimentos. (IAMAMOTO, 2007, p. 155)

Tais movimentos expressam a questão social no campo, sob o acento das disputas que transitam no território campestre, assim como, as marcas da particularidade da questão agrária. Que neste contexto precisa ser apreendida de maneira ineliminável do processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo e na dinâmica da formação social brasileira, tendo inclusive, rebatimentos no contexto urbano.

Deste feito, se faz emergente apreensão das dimensões da questão agrária, ambiental e urbana, de maneira articulada, ressaltando a confluência da gênese do processo de formação da sociedade brasileira, na raiz da questão agrária, como passado-presente, que se atualiza, e que coloca questões e demandas a profissão, a partir do jogo dos projetos de sociedade movidos nas relações sociais agrárias.

4. REFERÊNCIAS

BRITO, Liana; ACCIOLY, Maria Estela. Questão Agrária e luta pela terra no Brasil: análise fundamentada nas categorias questão social e movimentos sociais rurais. IN: Expressões da Questão Social no Ceará/ organizadoras, Aurineide Maria Cunha, Irma Martins Moroni da Silva. Fortaleza: EdEUCE, 2014.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço Social e Questão Agrária: Apontamentos acerca da Questão Social no Campo Brasileiro. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Luzia Amélia. Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social. 311 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

GRAÇAS, Irlene Menezes. Política Nacional na área agrícola – Visão crítica. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 07, 1981.

HOBBSAWM. Eric J.A Era das Revoluções - 1789 – 1848. São Paulo: Paz e Terra. 1961.

<p>VI seminário CETROS CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p> <p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	

IANNI, Otávio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. Origens agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKACS. Georg. Ontologia do ser social II. Tradução por Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKACS. Georg. Ontologia do ser social I. Tradução por Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIMA, Daniele Gomes de. Questão agrária e a inserção do serviço social em políticas sociais para o campo / Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.

LUSA, Mailiz Garibotti. A (in) visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas / São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos . Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Cooperação e Hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a organização produtiva do MST no Ceará. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 51-81, jul./dez. 2012.

_____. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1992.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)



SANT'ANA , Raquel Santos. Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, Raquel Santos. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014

SILVA. Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio-Histórica brasileira. Temporalis, Brasília (DF): ABEPSS, ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013.